

Situação de João Alves se complica

ALÉM DE DETALHAR RELAÇÕES COM EMPREITEIRAS, DOCUMENTOS APREENDIDOS PELA PF MOSTRAM POSSÍVEL INTENÇÃO DE LANÇAR FALSAS ACUSAÇÕES.



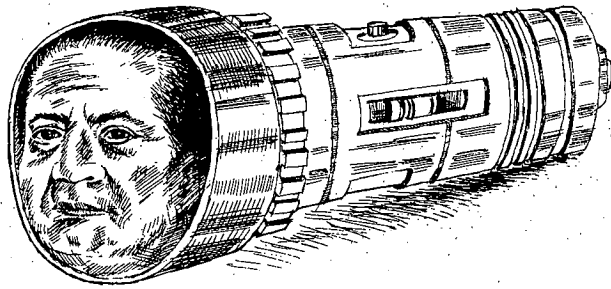
Os documentos apreendidos na casa do deputado João Alves (sem partido-BA) pela Polícia Federal, por determinação do presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), complicam ainda mais a situação do parlamentar. A papelada revela o entrosamento entre João Alves e as empreiteiras, com emendas patrocinadas por Onofre Vaz e Luiz Arruda, da Servaz, e por Cláudio Mello, da Construtora Norberto Odebrecht, como o contorno da BR-163, em Campo Grande, além do lobista "Meireles", da Queiroz Galvão.

Há também relação de contratos de obras, a dotação prevista em lei, o desbloqueio da verba (descontingenciamento), a data, o valor e o percentual de 1% escrito em frente a toda relação. Encontram-se na papelada obras que nem sequer tinham sido contratadas.

O nome dos deputados José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), Cid Carvalho (PMDB-MA) e Carlos Benevides (PMDB-CE) e de seu pai, o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), todos investigados pela CPI, aparecem anotados nos documentos de Alves, como patrocinadores de obras. Em muitas folhas de papel há destaque para a palavra "taxa". Nin-

guém da CPI conseguiu ainda descobrir o que significa. Suspeita-se de que seja propina.

Pela documentação apreendida, a CPI descobriu também que Alves pretendia enlamear o nome de Ulysses Guimarães, do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, de líderes de partidos e dezenas de parlamentares. Alves estaria preparando um contra-ataque de grandes proporções.



Foram encontradas anotações de Alves que coincidem com uma carta recebida por Passarinho no início do mês, assinada pelo ex-assessor do Congresso José Carlos Alves dos Santos. A assinatura parecia falsa e a carta não tinha indicativo de remetente. Nela eram incluídos dezenas de novos nomes entre os que teriam se beneficiado do Orçamento da União, entre eles Ulysses Guimarães, e os deputados José Serra, Delfim Netto, Roberto Magalhães e Inocêncio Oliveira.

Os documentos apreendidos já estão em poder da CPI. Os depu-

tados Robson Tuma e Moroni Torgan, que levaram a papelada da PF para o Congresso, disseram que Alves poderá ser novamente convocado para depor. Nenhum documento relacionado com o desvio de recursos foi encontrado nas buscas feitas ontem em dois imóveis de Alves em Salvador.

"Se eu soubesse que esse maldito dinheiro iria me trazer tantos problemas, nunca teria jogado em loteria", reagiu o deputado. Alves se queixou da violência policial e pôs em dúvida a sanidade mental do presidente da CPI. "Passarinho está perdendo o equilíbrio", afirmou. "Ele me conhece há mais de 30 anos e conhece a minha dignidade". Alves acusou a agente Márcia, responsável pelo setor de segurança da PF, de ter

adulterado documentos para comprometé-lo. "Ela veio recomendada por alguém para cometer arbitrariedade, entrou aqui metendo os pés na porta e revirando colchões, como se eu fosse o bandido da luz vermelha", reclamou. "Além disso, essa moça pegou uma lista com nomes de pessoas e escreveu com lápis ao lado de cada um a palavra 'doleiro', isso é ilegal". Alves disse que a polícia apreendeu documentos sem nenhum valor, mas impetrou ação no Supremo Tribunal Federal para tê-los de volta. O STF negou a liminar pedida por Alves.